

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10711-005979/90-24  
SESSÃO DE : 22 de fevereiro de 1995.  
ACÓRDÃO N° : 301-27.777  
RECURSO N° : 114.610  
RECORRENTE : IAB - INDÚSTRIAS DE ADITIVOS DO BRASIL S.A.  
RECORRIDA : IRF-PORTO/RJ

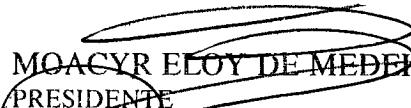
Revisão Aduaneira - Classificação do produto de nome comercial Dicalite 341.

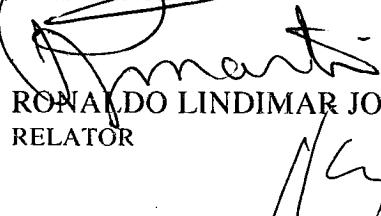
Negado provimento ao recurso.

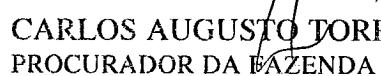
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 22 de fevereiro de 1995.

  
MOACYR ELOY DE MEDEIROS  
PRESIDENTE

  
RONALDO LINDIMAR JOSÉ MARTON  
RELATOR

  
CARLOS AUGUSTO TORRES NOBRE  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM 02 MAI 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO, MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, JOÃO BAPTISTA MOREIRA e MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ. Ausente o Conselheiro ISALBERTO ZAVÃO LIMA.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 114.610  
ACÓRDÃO Nº : 301-27.777  
RECORRENTE : IAB - INDÚSTRIA DE ADITIVOS DO BRASIL S/A.  
RECORRIDA : IRF-PORTO/RJ  
RELATOR(A) : RONALDO LINDIMAR JOSÉ MARTON

RELATÓRIO

Por meio da Resolução 301-837, o julgamento foi convertido em diligência, com a finalidade de se realizar perícia no produto importado.

Leio em Sessão o inteiro teor do Relatório que fundamentou a Resolução 301-837, de fls. 103/107.

Leio, igualmente, o inteiro teor do Parecer Técnico de fls. 116/119, encaminhado pelo INT

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 114.610  
ACÓRDÃO N° : 301-27.777

VOTO

O parecer técnico do I.N.T. é bastante minucioso e conclusivo.

Sua conclusão textual é: "Assim sendo, de acordo com as NESH posição 3802, o produto é ativado"

Portanto, são improcedentes as alegações da recorrente, quanto à natureza do produto importado.

Quanto aos demais argumentos, entendo que a bem fundamentada decisão de primeira instância já os contemplou e refutou.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 1995.

RONALDO LINDIMAR JOSÉ MARTON - RELATOR